

**TRABALHO E EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO GUARANI:
REFORMA AGRÁRIA E PARCERIAS AGROINDUSTRIAIS¹**José Leite dos Santos Neto²Manoel Nelito M. Nascimento³

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre trabalho e educação no Assentamento Guarani, com a finalidade de compreender de que forma o trabalhador assentado se apropria de conhecimentos para a produção e como o conhecimento pautado na agroindústria interfere no trabalho que ele desenvolve. Este trabalho discute questões referentes aos assentamentos de reforma agrária que têm se configurado como um território em disputa pelo capital por meio das parcerias agroindustriais, que permitem o cultivo de lavouras para fins agroindustriais nos assentamentos estaduais no Estado de São Paulo. A pesquisa de campo foi realizada no Assentamento Guarani situado na cidade de Pradópolis -SP, que tem uma parceria agroindustrial com a Usina São Martinho. A partir dos resultados da consulta realizada com os assentados, constata-se que os projetos de parcerias agroindustriais surgem após um processo de esgotamento de todas as possibilidades para o desenvolvimento dos lotes recebidos na formação do assentamento e que se caracterizam como alternativas contraditórias do processo de luta pela terra, mas, são aceitas devido as precárias condições socioeconômicas dos assentados.

Palavras-Chave: Trabalho e Educação; Educação no Campo; Reforma Agrária; Parcerias Agroindustriais.

**WORK AND EDUCATION AT GUARANI SETTLEMENT:
AGRARIAN REFORM AND AGRO INDUSTRIAL PARTNERSHIPS****ABSTRACT**

This article's aim is to analyze the relationship between work and education at Guarani settlement, with the purpose of understanding in which way the settled worker appropriates knowledge used on production and how this agro industrial lined knowledge interferes on the work he develops. This article also discusses questions referring to the settlements that are related with the agrarian reform and that are being configured as a disputed territory over the funding that comes through agro industrial partnerships, which allows the cultivation of crops for agro industrial ends at the settlements in the state of São Paulo. This field research was performed at settlement Guarani, situated in the city of Pradópolis - SP, which has an agro industrial partnership with São Martinho mill. From this consultation conducted with the settled it is noted that agro-industrial partnership projects emerge after a process of exhaustion of all possibilities for development of the lot and that they are characterized as contradictory alternatives to the process of fighting for the land, however, they are accepted due to the precarious socioeconomic condition of the subjects.

Keywords: Work; Education; Field Education; Agrarian Reform; Agro industrial Partnerships.

Trabalho e Educação no Campo

A história do trabalho no campo no Brasil é marcada pela luta dos trabalhadores, tanto dos indígenas quanto os povos da África escravizados e, mais tarde, pelos imigrantes. Até a segunda metade do século XIX o trabalho no Brasil era prioritariamente de mão de obra escravizada, a escravidão foi abolida com o intuito de transformar os escravizados em trabalhadores livres, porém apenas com força de trabalho para vender, desprovidos totalmente dos meios de produção e de acesso a terra. Neste período, surgiu um novo campo de trabalhadores, os imigrantes europeus, nesta perspectiva, Fernandes constata que

O trabalho livre expandiu-se com a chegada do imigrante europeu. Se por um lado o antigo escravo passou a ser dono de sua força de trabalho, o imigrante europeu, camponês expulso de sua terra, era livre somente por possuir a sua força de trabalho. Se para o escravo a força de trabalho era o que conseguira, para o imigrante era o que restara. Portanto, agora, a luta pela liberdade desdobrou-se, igualmente, na luta pela terra. (FERNANDES, 1999 p. 02).

Os antigos senhores de escravos desenvolveram um sistema de grilagem das terras, por meio de falsificação de documentos e, assim, foram se formando os latifúndios. Os camponeses trabalhavam neste processo até que a fazenda estivesse constituída, depois eram expulsos, caso resistissem resultava em perseguição e morte. A partir deste momento, essa parcela da população não havia onde se estabelecer, pois, por onde migravam, não havia terras sem proprietários. Essa parcela da população, ao final do século XX, passou a ser conhecida como Sem-Terra (FERNANDES, 1999).

Durante o século XX podemos perceber grandes inovações no campo, principalmente voltadas para o agronegócio, como o aumento da produção, desenvolvimento de sementes modificadas e máquinas com alta tecnologia. É importante ressaltar que tais inovações nem sempre são positivas na medida em que degradam o meio ambiente e o retorno que se traz é para uma minoria, neste caso, os grandes latifundiários. O pequeno produtor, assentado, ribeirinho ou quilombola, pouco tem acesso à tecnologia mais desenvolvida. Ainda assim, com tais avanços no campo, a educação continua sendo secundária, um fator de menor importância. Os movimentos sociais organizados buscam, como forma de combate a esta questão, uma educação que valorize o campo.

Com as mudanças, tanto econômicas quanto sociais, o campo, na década de 1950 inicia um processo de modernização. Para Graziano Neto (1985) esta modernização consiste em um processo de transformação da agricultura capitalista, que ocorreu a partir das mudanças econômicas do período. Esta modernização consistiu no aumento da produtividade agrícola, devido à produção de máquinas e equipamentos que atuam em larga escala no processo produtivo e, também, devido à economia brasileira ter forte ligação com a agricultura, o governo apoiou esta modernização através de financiamentos que favoreceram os grandes produtores.

Se por um lado esta modernização trouxe desenvolvimento tecnológico e o aumento da produtividade agrícola, por outro, houve grande esgotamento do solo, perda da biodiversidade, poluição, um grande endividamento dos agricultores e, por fim, uma redução da mão de obra rural. Vale ressaltar que este processo beneficiou de forma clara a elite rural, que destinava seus produtos para a exportação (GRAZIANO NETO, 1985).

Esta modernização da agricultura baseada em uma concentração de terras por parte de uma minoria, com a produção direcionada para exportação, desqualificou a produção dos pequenos produtores, provocou a migração campo-cidade, tornou-se crescente devido

às condições precárias em que se encontravam os pequenos produtores e trabalhadores rurais. De acordo com Gonçalves Neto (1997)

[...]ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109)

Com o êxodo rural, intensificaram-se cada vez mais as lutas sociais e as reivindicações dos trabalhadores expulsos do campo. A alternativa foi a concentração nas cidades, sobrevivendo em péssimas condições, vítimas do desemprego e da falta de moradia.

A história do trabalho no campo no Brasil é marcada por conflitos. Os trabalhadores rurais começaram a se organizar de diversas maneiras, através de Associações, Sindicatos e Ligas de Camponeses como forma de oposição ao latifúndio (FERNANDES, 1999).

A expansão capitalista no campo possibilitou a concentração de terras pelos latifundiários. Com a industrialização da agricultura o campo de trabalho diminuiu significativamente, não possibilitando aos camponeses trabalho para sobreviverem ou terras para trabalharem, restando a migração para as cidades.

O capitalismo, no campo, teve impactos extremistas. Se por um lado, trouxe a mecanização do campo e, posteriormente, industrialização, ou seja, trouxe modernização. Porém, por outro lado, ocasionou vários problemas sociais, pois essa modernização permitiu que uma minoria detivesse riquezas e a expulsão de trabalhadores. Isso permitiu um aumento do trabalho assalariado e o surgimento de uma figura: o bóia-fria (FERNANDES, 1999, p. 07).

Verifica-se através dos fatos expostos sobre os trabalhadores do campo, expulsão e consequente migração para a cidade, que um grande número de camponeses desempregados passou a viver nas periferias de grandes centros urbanos em busca de trabalho. Com o aumento da oferta de mão de obra e pouca quantidade de vagas disponíveis, a escolaridade formal foi utilizada como mecanismo de exclusão do trabalho, visto que ela determina a possibilidade de ocupação ou não da vaga de emprego disponível. Vale ressaltar que o desemprego não está relacionado à qualificação, mas, sim, a criação de vagas.

A formação para o trabalho no campo ao longo do tempo vem se dando no próprio processo de trabalho. A educação escolarizada muito pouco esteve presente para o exercício das atividades dos camponeses.

De acordo com Breitenbach (2011), na década de 1980, com o enfraquecimento e fim da Ditadura Militar, a consequente redemocratização do país demandou a elaboração de uma nova Constituição Federal, que foi decretada e promulgada em 1988. Ainda que a constituição de 1988 não faça menção específica para o campo, prescreve que deve haver igualdade de condições para acesso e permanência nas escolas, gerando mudanças significativas. A Lei Nacional de Diretrizes e bases da Educação Nacional 9394 instituída em 1996 indica que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Embora a compreensão sobre a LDBEN não seja a mesma dos movimentos sociais que defendem a Educação do Campo, em termos legais, para a busca de condições, ela se torna importante. O que se busca em termos de educação rural é mais do que especialização de trabalho: é uma mudança social.

Historicamente, no Brasil, temos tentativas de educação para a fixação do homem no campo. No início do século XX, a partir de um forte movimento migratório do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, iniciam-se as primeiras tentativas de consolidação de uma educação rural. De acordo com Bezerra Neto (2003), o Ruralismo Pedagógico surge com a intenção da fixação do homem do campo no campo por meio da pedagogia, no intuito de impedir ou dificultar a sua saída deste espaço. Este Ruralismo Pedagógico visava a criação de um currículo compatível com a realidade rural e que, portanto, fornecesse conhecimentos sobre agricultura, pecuária e outras atividades de seu dia-a-dia.

A educação destinada ao campo não contribuiu com esta fixação e mesmo sendo considerada uma questão de extrema importância, o que determina as condições de permanência do sujeito no campo em primeira instância é sua situação econômica. (BEZERRA NETO, 2003)

Segundo Feng e Ferrante (2011), o projeto para fixação do homem do campo no campo, apesar de ter permanecido até 1930, teve fracasso por conta de sua ligação com projetos de modernização do campo, o que acabou fazendo com que se imitasse o modelo urbano, desfocalizando, assim, do projeto inicial, que seria uma pedagogia baseada na realidade do campo. Embora o Brasil seja um país com origem agrária, a educação dos trabalhadores do campo nunca foi prioridade. O campo sempre foi assimilado como o lugar de atraso ao qual se destinou uma educação urbana e precária.

Diante das necessidades dos trabalhadores campo, da falta de acesso ao conhecimento sistematizado, das opressões e das desigualdades frente ao desenvolvimento urbano, os movimentos sociais do campo também começaram a pensar uma educação específica, que atenda às necessidades do homem do campo. Nesta perspectiva surge a Educação do Campo como uma educação emancipadora que se constitui a partir de uma contradição de classe e é feita pelos sujeitos do campo e para os sujeitos do campo junto com os movimentos sociais⁴.

De acordo com Caldart (2005), este projeto de educação se dá a partir da contradição de classes no campo e se materializa através das mobilizações sociais em função de políticas públicas por uma educação do campo. Desta maneira, a Educação do Campo se constitui no próprio ambiente do sujeito e é pensada a partir da sua realidade, valorizando sua cultura e considerando suas necessidades. Assim, esta educação se configura como educação dos sujeitos do campo e não para os sujeitos do campo, educando a partir da realidade concreta.

A escola do campo é uma escola pensada especificamente para a realidade do campo, que desenvolve um projeto específico para o seu contexto e que o seu projeto estimule a permanência do homem do campo no campo.

Nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo, a identidade das escolas é definida:

(...) pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Art. 2º, parágrafo único CNE/CEB, 2002).

A Educação do Campo, segundo Arroyo (2012), assume algumas perspectivas diferentes que segue rumo a uma transformação; um destes aspectos considera a educação do campo como uma educação compensatória, seriam maneiras de se tentar compensar as carências para povos do campo.

De acordo com Rezende Pinto et al (2006), a Educação no Campo é uma educação bastante precária ainda e com índices baixos de aprendizagem. As condições de funcionamento das escolas, a rotatividade de professores e a falta de formação específica são fatores que contribuem para a má qualidade do ensino. Os autores também apontam questões como a dificuldade de locomoção para as escolas do campo, salários mais baixos e menores qualificações destes professores, além de classes multisseriadas ainda ser prática comum nas escolas do meio rural.

Além destas condições de educação do campo, temos ainda parte da população camponesa que frequenta escolas urbanas que pouco tratam questões relacionadas ao campo. A educação para o campo, além de não ser dada como prioridade, é vista principalmente como assistencialismo, tanto que, no Brasil, o foco do ensino voltado para o campo é voltado para o campo do agronegócio.

Costa (2007) ao dissertar sobre a educação profissional para o campo aponta que houve condicionantes políticos e econômicos, como as relações de trabalho, que contribuíram para que esta modalidade de ensino emergisse mais tarde, comparando aos países do chamado primeiro mundo. Diante disso, a autora destaca que:

No Brasil, sob tais relações de trabalho, não se configurava uma demanda social pela qualificação, mesmo porque o estágio de desenvolvimento tecnológico das práticas agrícolas se encontrava na fase da *plantation*, caracterizada pela monocultura, pela propriedade latifundiária e pela dependência da exportação. (p. 68)

De acordo com as notas históricas da autora, a educação profissional no campo tem seus primeiros cursos de agricultura em nível superior no ano de 1814 e ressalta que até a abolição da escravidão o trabalho agrícola era atividade de escravos e posteriormente dos imigrantes europeus.

A legislação para educação profissional no campo se dá através da resolução 4 de 3 de dezembro de 1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, a qual visa uma formação técnica, contemplando entre outras áreas, a agricultura. Em 2002 o Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, institui Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.

A formação para o trabalhador do campo encontra-se em um estágio ainda bastante precário. Se observarmos, algumas instituições técnicas de ensino, por exemplo, o Centro Paula Souza, oferecem cursos de Açúcar e Alcool, Agroindústria, Agronegócio, Agroecologia, Agricultura, Avicultura, Cafeicultura, dentre outros, porém, em sua maioria são cursos voltados para as necessidades das grandes empresas, são cursos que formam o trabalhador para a indústria. Observando a apresentação dos cursos, a previsão de trabalho

para o aluno que se forma se resume a empresas de produção, agroindústrias e instituições de pesquisas e não para o desenvolvimento de pequenas propriedades rurais.

A formação voltada para o trabalho no campo, como forma de aperfeiçoamento ou formação específica para agricultura familiar, encontra-se precário. Muitos cursos oferecidos para formação profissional rural são destinados aos camponeses, porém, o foco deste trabalho é na agroindústria. Por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) ⁵ oferece um curso denominado Colheita Manual da Cana-de-Açúcar, que é atividade demandada da grande indústria. Temos também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que tem por objetivo ampliar a oferta de curso para educação profissional e tecnológica e oferece curso de Agricultor Orgânico. Vale ressaltar que os cursos para formação do trabalho no campo em geral estão voltados para o trabalho da agroindústria e não para o pequeno produtor ou para agricultura familiar.

Diante da precarização da formação qualificada, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) incluiu na sua pauta de reivindicações, como uma das principais demandas dos trabalhadores, a educação do campo, através do fortalecimento do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). No documento oficial de pautas de reivindicações consta o pedido de uma educação através da pedagogia da alternância e participação de organizações e movimentos sociais, além de pedido de ampliação dos recursos do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (CONTAG, 2013).

Mesmo com as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho e da educação, o trabalhador do campo fica sempre a margem de tais mudanças. Com os avanços tecnológicos, que demandam outros tipos de conhecimento, poucos são pensados em como se dará essa distribuição para o camponês que sobrevive da terra, do seu próprio trabalho. Novas técnicas, produtos para potencializar a produção, novas ferramentas, tecnologia etc. fazem parte do cotidiano no campo, mas ao campo do grande latifundiário, do produtor capitalista. O pequeno camponês, o trabalhador assentado muito pouco ou quase nada vivencia ou acessa essa nova tecnologia para o trabalho.

As condições para o camponês se tornam cada vez mais difíceis. Todo o sistema ao seu entorno, se dá praticamente em função dos grandes produtores. Muitas vezes o que acontece é o arrendamento ou a venda da propriedade.

Trabalho e educação no Assentamento Guarani

Com a utilização de um questionário e de entrevistas, foram coletados dados sobre as atividades dos trabalhadores que são desenvolvidas no projeto do agronegócio com assistência da usina e dos trabalhadores independentes deste projeto, que contam com órgãos de assistência aos assentados ou apenas com o conhecimento próprio sobre agricultura e pecuária.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram convidadas 30 famílias das 274 famílias que compõe o Assentamento Guarani, das quais 25 aceitaram responder o questionário. Da amostra da pesquisa, 24% participam do projeto em parceria com a usina e as demais desenvolvem outras atividades para garantir a sobrevivência.

A análise apresenta o contraponto que consiste na observação de trabalhadores que desenvolvem atividade produtiva vinculada ao projeto do agronegócio com assistência da usina e trabalhadores que trabalham independente deste projeto, contando com órgãos de assistência aos assentados ou apenas com o conhecimento próprio sobre agricultura e pecuária. A pesquisa buscou identificar aspectos relacionados às fontes de renda que

mantêm as famílias, conhecer de que maneira o trabalho é desenvolvido e como são obtidos os conhecimentos necessários para as atividades produtivas nos lotes.

O setor canavieiro é o setor produtivo mais antigo, estando presente no Brasil desde o período da colonização e, agora, vinculado ao agronegócio está entrando nos assentamentos, o que descaracteriza a reforma agrária, que basicamente consiste em desapropriar terras improdutivas para promoção da agricultura familiar e a produção de alimentos. Esta contradição é um dos pontos que esta pesquisa busca de alguma forma trazer para discussão, visando ampliar o debate sobre as várias faces que a reforma agrária vem assumindo no Brasil. Assim, faz-se importante compreender as transformações nas relações de trabalho do assentamento e compreender como vem sendo este desenvolvimento.

Desta maneira, busca-se entender as questões que levam os assentados a desenvolverem atividades que, em alguns aspectos, contradizem a realidade da luta dos assentamentos na sociedade brasileira. Seriam as lutas populares pela terra em favor do agronegócio ou o agronegócio cumprindo a função do Estado? São questões que este texto busca discutir, a partir da realidade concreta dos sujeitos.

Esta análise leva em consideração os aspectos econômicos que a parceria propicia para o desenvolvimento dos assentados. Pressupondo que a parceria foi a alternativa viável para o desenvolvimento econômico do assentamento, porém é importante considerar que esta alternativa se deu após aproximadamente uma década de tentativas frustradas de trabalho e projetos, sem considerar o período de acampamento.

Perfil socioeconômicos das famílias pesquisadas

Em 2013 a maioria das famílias que vivem no assentamento, moram neste assentamento há mais de 16 anos e as que estão desde o período da ocupação vivem há 21 anos. É um período relativamente longo que demonstra um grande interesse nas atividades do campo.

Outro fator a se observar é a faixa etária dos assentados, do total 30% estão na faixa etária de 51 a 60 anos, sendo que 24% dos assentados que estão vinculados ao projeto, 50% estão na faixa etária dos 51-60 anos e 33% entre 60-70 anos; e dos 76% dos assentados que não estão vinculados ao projeto 26,47% também se encontram na faixa etária de 51-60 anos, 20,58% entre 21-30 anos e 14,70% entre 60-70 anos.

Constata-se que 53,75% das pessoas encontram-se na faixa etária a partir de 51 anos e 10% encontram-se na faixa etária abaixo de 16 anos. Questões como a faixa etária dificultam o trabalho manual no lote. Isso evidencia a necessidade de uma política pública ou um planejamento para aqueles que estão envelhecendo no assentamento, bem como para os mais novos, para que possam dar continuidade no trabalho.

A partir das entrevistas, temos a tabela abaixo que demonstra a composição familiar dos assentados. A composição familiar buscou registrar o número de pessoas que moram no lote totalizando 80 pessoas que são distribuídas em um total de 25 famílias. Quanto a composição familiar dos assentados, a partir das entrevistas, constatou-se que 44% das famílias são compostas por até dois membros, um número bastante reduzido de pessoas.

Do total de pessoas que compõem as famílias que participam do projeto 8,33% possuem o ensino médio, 8,33% não possui escolaridade e 83,33% têm entre 1 e 4 anos de estudos. Das famílias que não aderiram a parceria temos um total de 14,7% das pessoas não possuem escolaridade formal, porém, é necessário esclarecer que destes 14,7%, 60% se encontram na faixa etária de 0 a 10 anos, conforme tabela acima. Deste grupo de famílias, 47% das pessoas têm mais de 5 anos de estudos.

Nas condições de produção atual, o conhecimento escolarizado se torna um diferencial para a produção, mesmo que seja na produção manual, exigem um conhecimento mínimo, por exemplo, ler um manual para implemento agrícola, ou para conhecer a quantidade de adubos para plantação, ou até mesmo para saber a distância ideal entre uma planta e outra etc. Essas são informações que se tornam diferenciais para as possibilidades entre os sujeitos, são informações que contribuem com o como se faz no dia-a-dia.

O projeto agroindustrial aparentemente sana essa dificuldade do assentado, pois a usina assume a responsabilidade de definir como, quando e o que se deve fazer. São conhecimentos que faltam aos assentados, que limitam sua autonomia.

Boreli Filho e Souza (2013), em suas análises sobre as culturas agroindustriais em assentamentos, atribuem as famílias que não aderem a este tipo de parceria um senso crítico sobre a realidade e “levantam questionamentos sobre a lógica e prática produtiva inserida nesta espacialidade da reforma agrária” (p.268), e atribui uma falta de politizaçãodas famílias que aderem, porém não leva em consideração que a participação nestes projetos em nada se relaciona com o senso crítico dos sujeitos. Esta participação, em primeira instância, está voltada para condições materiais dos mesmos. De acordo com as famílias entrevistadas que participam do projeto, confirma-se que existe uma busca por melhores condições através de atividades que geram renda aos assentados, pois se encontram endividados junto ao banco e a parceria oferece condições mais estáveis, para quitar as dívidas.

Concorda-se com Boreli Filho e Souza (2013) quando apontam que o

principal objetivo econômico ou função social da reforma agrária, qual seja produção de alimentos de qualidade a fim de atender uma demanda do mercado interno, a ocupação familiar, a preservação ambiental e não a prática de produção de uma monocultura a fim de atender uma demanda do mercado internacional de *commoditie*agrícola. (p. 268)

No entanto, a prática concreta da reforma agrária não se dá de forma que possibilite atingir tais objetivos, destacando as condições imediatas dos assentados direcionarem para outros caminhos, pois faltam mecanismos para que possam sustentar tais aspirações. Muitas decisões são tomadas a partir das necessidades imediatas, as histórias de luta, os objetivos iniciais já não se fazem tão importantes diante das necessidades mais básicas para sobrevivência, como alimentação e cuidados com a saúde, principalmente.

A busca pela autonomia dos camponeses é marcante durante toda trajetória de luta. A forma como todo processo vai se desenvolvendo conduz os assentados cada vez mais a dependência, submetendo-os a lógica do capital industrial. Para o sujeito, enquanto trabalhador nos centros urbanos, a submissão é algo explícito, o trabalho para o outro se dá de forma clara. O trabalho no campo segue este mesmo viés, mas de forma implícita. Durante todo o processo da luta pela terra, a busca pela autonomia é algo presente e coletivo, contudo, após este processo, percebe-se uma grande individualidade e a criação de grupos com objetivos divergentes.

A parceria com a agroindústria evidencia esta questão. Diante deste projeto, o trabalho para a agroindústria é mascarado, o trabalho é submetido indiretamente para a usina. Aparentemente o trabalhador é autônomo, trabalha para si mesmo, mas a dependência é total ao capital. Os insumos, a tecnologia, máquinas e planejamento do trabalho já é algo pronto e pouco diferencia das grandes fazendas. A diferença da forma como é desenvolvido o trabalho e as técnicas se dá apenas pela quantidade de terras que é reduzida.

Não se pode desconsiderar que as condições de trabalhos neste projeto são bastante flexíveis. Embora seja um trabalho que vise o lucro para a agroindústria, o retorno que o assentado recebe supera as expectativas de projetos vinculados apenas à agricultura familiar.

Esta questão apresenta uma grande dualidade de posicionamento. O assentamento foi se constituindo de forma precária, os financiamentos e projetos, segundo os assentados, foram liberados com grande atraso, sem contar a falta de técnicos especializados para prestar assistência a todos os assentados. A falta de assistência, a falta de resultados satisfatórios em projetos desenvolvidos, o não retorno financeiro e as necessidades básicas foram questões determinantes para aceitação de um projeto que demanda dos assentados apenas a mão de obra. Um projeto que apresenta possibilidades de retornos financeiros e totalmente financiado, sem custo algum para o trabalhador.

Em uma das entrevistas, uma assentada relatou que, após a consolidação do projeto, não precisou recorrer a assistência social para aquisição de cestas básicas e remédios, o que era constante antes de entrar no projeto. Ainda relata que houve muitos boatos relatando que a prática do plantio da cana ocasionaria a desapropriação do lote, porém a assentada preferiu arriscar, pois a desapropriação ou despejo não se diferenciaria muito diante das condições em que estava vivendo. A participação no projeto está condicionada a questões mais imediatas que são determinantes nas condições de vida e renda financeira. O trabalho desenvolvido é totalmente direcionado pela usina, com a orientação de engenheiros e técnicos. Já o trabalho do assentado neste caso é executar o plantio e colheita manual com auxílio de máquinas da usina e o cultivo durante o período entressafra, o assentado deve capinar o quadro de cana, deixando-a livre de matos.

A prática de lavouras sazonais antes de 2008 se dava de forma bastante precária. A falta de adubação e calcário na terra determinava a produção e os resultados se tornavam insatisfatórios, visto que não era possível a comercialização dos produtos devido a qualidade. Os assentados apontam que o cultivo do lote era quase zero antes de 2008 e a produção não se dava de forma rentável, mesmo plantando milho, arroz e feijão, o assentado precisa de mais que isso para sobreviver e foi este o diferencial do projeto implantado, pois o retorno financeiro possibilitou algo a mais, a situação de conforto melhorou significativamente, na visão daqueles que aderiram a parceria com a usina.

As atividades e os conhecimentos técnicos dos assentados

Observa-se que das famílias entrevistadas, apenas 12% não possuem origem no campo e conhecimentos prévios sobre agricultura e pecuária, sendo que destes, dois terços estão vinculadas ao projeto. As demais famílias afirmam ter vindo de outras fazendas, nas quais viviam e trabalhavam. Os conhecimentos foram adquiridos juntamente com o trabalho ao qual desenvolviam, mesmo tendo sido criados no campo, viviam em condições de empregados. Isso revela que o trabalho ao qual desenvolviam não parte de uma autonomia própria do sujeito, mas, sim, de uma demanda do empregador da fazenda nas quais os assentados moravam.

A partir do nível de escolaridade do grupo pesquisado, é possível afirmar que, em maior parte, a educação deste grupo de trabalhadores se deu no próprio trabalho, considerando que 58,75% do grupo tem abaixo de 4 anos de estudos. A educação deste grupo de trabalhadores começa pelo trabalho a partir da necessidade de produzir a sua existência, ou seja, eles estão se formando no próprio processo de trabalho conforme

afirma Lombardi (2011), quando diz que a produção da existência do homem é ao mesmo tempo o seu processo de formação.

Ao conquistar o direito de permanência na terra, os assentados se deparam com uma realidade que se difere da sua origem de trabalhador no campo. Agora, o assentado é um trabalhador que produz para si. Muitas vezes falta autonomia para a produção e conhecimentos para saber o que se fazer com o lote, pois, ainda que o conhecimento adquirido anteriormente contribua muito com o trabalho na terra, o conhecimento mais específico de preparo do solo para determinado tipo de produção ainda é escasso na maioria dos casos.

Não podemos aqui descartar o saber acumulado destes trabalhadores, porque são conhecimentos que possibilitam desenvolver inúmeras atividades agrícolas e pecuárias. No entanto, apenas este conhecimento não é suficiente para as condições de produção do mercado; as condições nas quais os sujeitos estão inseridos requer outro tipo de conhecimento mais elaborado, para que o produto do seu trabalho seja aceito.

Observa-se isso através da tentativa por parte de algumas famílias de investirem na plantação de café, fato que ocorreu logo após a retirada dos eucaliptos que, por consequência, devido às características deste tipo de plantação, deixaram a terra sem condições de produção, necessitando de preparação e restauração do solo. Esta questão direciona para outros fatores, como a falta de financiamentos adequados e orientação técnica especializada, revelando que, embora estas famílias tenham um conhecimento prévio nas lavouras de café, nem sempre este conhecimento é aplicável a todas as realidades. A adequação ao clima, tipo de lavoura, tipo de solo, formas de comercialização também são conhecimentos que faltam para grande parte das famílias.

Desde que estão no assentamento, as famílias buscam conhecer as técnicas de agricultura e pecuária através de auxílio dos técnicos da Fundação ITESP, pela troca de conhecimento com vizinhos, nos cursos do Serviço Brasileiro das Micro e Pequenas empresas - SEBRAE e a própria experiência também foi relatada como forma de aprendizado no lote. Do total de famílias, 64% afirmaram ter assistência da Fundação ITESP, apenas 12% responderam que não possuem qualquer tipo de assistência e o aperfeiçoamento do conhecimento sobre a produção é resultado dos conhecimentos prévios que vão se aprimorando na prática do trabalho, e 24% famílias buscam outras maneiras para aperfeiçoar os conhecimentos para o lote, com cursos, assistência técnica particular e conhecimento de vida.

Neste sentido, Kuenzer (1991) afirma que a falta de instrumentos teórico-metodológicos para a sistematização do saber coloca o trabalhador em desvantagem na medida em que o trabalhador possui apenas o conhecimento precário dos meios de produção já que contribui para o processo de produção do conhecimento com a sua prática. Embora com assistência técnica especializada, o conhecimento também é determinante no processo de trabalho a se desenvolver.

As famílias que participam do projeto, além da plantação de cana, também possuem plantação de milho, pomar de frutas, eucalipto e criação de frangos. Das outras dezenove famílias a predominância é a plantação de milho, que foi respondido por 78,94% famílias como principal produto extraído da terra, 15,78% responderam que criam animais, como vacas, porcos e frangos e, 5,26%, tem plantação de eucalipto e maxixe. Segundo os entrevistados, a renda do lote nem sempre é suficiente para a manutenção da família.

De acordo com as famílias que participam do projeto os rendimentos da cana contribuem para a manutenção da família e proporciona o cultivo de outras atividades no lote para complemento da renda. Destas famílias, 50% responderam que o lucro do plantio da cana é suficiente e que outras atividades do lote proporcionam uma melhor condição,

podendo ter momentos de lazer, bem como visitar parentes e fazer viagens. E, 33,33% das famílias possuem membros que desempenham outro tipo de trabalho fora do lote, 16,66% afirmam que principal fonte de renda vem do trabalho externo. No geral, 83,33% das famílias afirmam que a principal fonte de renda vem do projeto agroindustrial. Destas famílias, 33,33% recebem aposentadoria e atribuem isto ao complemento do projeto para fonte de renda principal.

Das 19 famílias que não participam do projeto, 36,84% afirmam desempenhar outro tipo de trabalho externo para manutenção da família e 63,15% afirmam que não desempenham atividades externas. Vale ressaltar que, dos 63,15% de famílias, 83,33% possuem membros que recebem pensões e aposentadorias, ou seja, que contribuem para a sobrevivência, ou seja, apenas 16, 67% das famílias afirmam sobreviver exclusivamente do trabalho no lote.

Em ambos os grupos, foram apresentados como principal dificuldade a falta de água, falta de financiamentos adequados, falta de assistência técnica e falta de implementos para o trabalho. Com isso, compreende-se que apenas o acesso a terra e mão de obra disponível são insuficientes para garantir uma excelente produção, tornando-se necessário a utilização de instrumentos que garantam a eficácia destas produções. Este é o principal motivo que leva os assentados a desenvolver o que Kageyama (2001) chama de pluriatividade. São atividades externas ao trabalho no campo, que buscam complementar a renda da família para garantir a sobrevivência.

Como já foi dito, o projeto agroindustrial sana uma dificuldade enfrentada por grande parte dos assentados, que é dizer o que, quando e como se faz. Todo o projeto tem uma estrutura que, se seguida as orientações, apresenta um rendimento positivo, pois a usina oferece reuniões e orientação técnica, além do acompanhamento de um engenheiro agrônomo que visita os lotes e passa orientações necessárias para o bom rendimento da cana. Embora a usina ofereça esse suporte técnico, de acordo com as famílias, este conhecimento não se aplica no restante do lote. Ainda assim, os assentados sentem a necessidade de orientação técnica para outras atividades que desenvolvem. O rendimento da cana deu a oportunidade de algumas famílias utilizarem o conhecimento prévio que tinham antes de morar no assentamento aplicando-o ao restante do lote. Torna-se possível investir na produção com mais autonomia, porém algumas famílias, assim como é desenvolvido o projeto da cana, tentam reproduzir este projeto por conta própria através da plantação de milho. Isto também é uma prática das famílias que não plantam cana.

Os assentados possuíam uma produção diversificada no lote antes do projeto da cana, porém não ocupava o lote todo. O cultivo de lavouras sazonais, eucaliptos, criação de aves eram atividades predominantes além do trabalho externo desenvolvido para complementação da renda. A situação precária é o que motiva a participação deste projeto em busca de melhores condições de sobrevivência, conforme podemos observar na fala de um assentado durante a entrevista: “A gente plantava arroz, milho, feijão, mas não havia retorno financeiro e a gente precisa de mais que arroz, milho e feijão para sobreviver.”

A adesão ao projeto da cana no assentamento Guarani não se deu por todos os assentados. Das 274 famílias, inicialmente apenas 77 aderiram a parceria, aproximadamente 28% das famílias. Houve um grande receio em perder o direito de permanência no assentamento pela maioria devido ao desconhecimento da legalidade da Portaria 77/2004.

Outros assentamentos estaduais, coordenados pela Fundação ITESP, já haviam firmado parcerias agroindustriais, com a plantação de cana-de-açúcar o que encorajou estes 28% das famílias em aderirem ao projeto. De acordo com as famílias entrevistadas, “do jeito que estava não poderia piorar.”

As reais condições que se encontram os assentados, sem rendimentos, endividados, com falta de recursos básicos para sobrevivência e a falta de água, apontam a parceria com alternativa viável, pois a mesma apresenta um projeto rentável, que possibilita o pagamento das dívidas referente ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma melhor estabilidade econômica, e investimento em outras atividades no lote.

No movimento de contradição da sociedade, temos o assentamento constituído por um processo de luta e resistência, principalmente contra a exploração dada nas condições capitalistas. No entanto as condições reais dos assentados direcionaram para a busca de alternativas que muitas vezes conflitam com alguns ideais da reforma agrária, resultando em parcerias agroindustriais.

Tsukamoto (2000) chama esta relação de parceria de monopolização do território pelo capital industrial monopolista, por considerar uma forma de apropriação da renda do agricultor familiar por relações não capitalista e assim acumular capital. “Nesse processo de subordinação do produtor familiar à indústria nota-se que ‘o capital monopoliza o território sem entretantoterritorializar-se, ou seja, a monopolização do território pelo capital monopolista.” (p. 131)

A falta de perspectiva de produção e desenvolvimento no assentamento faz com que após muita luta e resistência, os assentados passem a trabalhar junto à agroindústria através da parceria. Embora com um grande número de famílias que não participaram do primeiro projeto, com os resultados apresentados positivamente, após cinco safras, outras famílias já demonstraram interesse na adesão. De acordo com um dos líderes do projeto existe um cadastro com aproximadamente 120 famílias interessadas. Muitas famílias não aderiram ao projeto antes por questões políticas e ideológicas, além de boatos que ao aderir a parceira perderia o direito de permanência no assentamento. A Federação dos Trabalhadores Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) se posicionou contra o projeto, em oposição a Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”(ITESP), que legalizou o cultivo de culturas agroindustriais através da Portaria 77/2004.

Uma questão levantada foi sobre a opinião a respeito deste projeto, em todas as entrevistas não houve nenhum assentado que apresentasse opinião insatisfatória diante do projeto e 83,33% dos entrevistados apontaram a possibilidade de investimento no restante do lote. A execução deste projeto apareceu como a solução para o trabalho no lote. Diante desta questão, uma entrevistada relata que: “Através da cana nunca mais precisei de ajuda da assistência social, este foi o melhor projeto. Ou plantamos cana ou trabalhamos na cidade.” Nesta perspectiva podemos observar o projeto como um meio de desenvolvimento e trabalho na terra, que tira o sujeito da pluriatividade, permitindo a exploração das terras, porém em favor do agronegócio, submetendo a um novo tipo de exploração da sua mão de obra, na relação de parceria.

É possível perceber uma visão ingênua dos assentados diante da usina, que remete um sentimento de gratidão. A usina é posta como uma entidade que auxilia os assentados, como podemos perceber na fala de um entrevistado quando emite sua opinião referente ao projeto: “Muito bom uma usina ajudando a gente a melhorar de vida.” As condições de descaso e frustrações na reforma agrária inibe a visão da usina como utilitarista da mão de obra e como entidade que, como afirma Tsukamoto (2000) a usina monopoliza o território pelo capital industrial.

Esta parceria junto a agroindústria é revestida de contradições, por um lado podemos considerar o assentado como um trabalhador da usina, já que deve seguir todas as orientações para o trabalho e é subordinado a tecnologia da agroindústria, por outro lado, o

projeto resulta na possibilidade de investimento na outra parte do lote, possibilitando autonomia no trabalho a ser desenvolvido, como demanda de tempo suficiente para conciliar o trabalho no projeto e em outras atividades.

A produção e desenvolvimento do lote estão ligados aos recursos disponíveis aos assentados, caso o assentado não tenha condições de produção, que envolve conhecimentos sobre agricultura e pecuária, implementos agrícolas e renda para se manter, dificilmente terá condições de se manter fora deste regime de trabalho denominado parceria, ou manterá péssimas condições de sobrevivência e até mesmo submetendo-se a trabalhos externos, a menos que o Estado interfira cumprindo seu papel, agindo tal qual a agroindústria, oferecendo financiamentos e assistência técnica suficientes para o desenvolvimento dos projetos, tirando os assentados da constante incerteza em relação ao trabalho e as condições de vida.

A maioria dos assentados vem de um processo de exclusão do mercado de trabalho e péssimas condições de vida nos centros urbanos. No assentamento, se deparam com uma realidade envolvida de carência no que se refere a moradia, educação, lazer, créditos e assistência técnica para execução das atividades agrícolas. Nesta perspectiva, concorda-se com Oliveira (1999) quando diz que:

A reforma agrária nos moldes a que tem sido efetuada é observada, executada e estudada, respectivamente, apenas pela simples distribuição de lotes rurais e de sua eficiência econômica, na maioria das vezes negativa. O problema vai sendo empurrado a médio e longo prazo por políticas técnicas e estruturais que vêm a pequena propriedade um constante retrocesso. Essas ardilosas insinuações que situam tais projetos como anacrônicos, sem retorno econômico e questão social de segundo plano, são embasadas pressupondo a redistribuição de terras sendo feitas em terras produtivas para produtores competentes, como se toda a destinada à reforma agrária fosse altamente fértil e todos os assentados incompetentes. (OLIVEIRA, 1999, p. 66)

De acordo com Miralha (2006) as políticas públicas voltadas para os assentamentos não levam em conta as especificidades do local e as particularidades de cada Estado. Com isso conclui-se que este, também, seja um dos motivos de projetos inconclusos e sem resultados satisfatórios nos assentamentos. Nesta perspectiva, Lorenzo et al (2012) enfatizam que:

Denota-se, então, um imediato imperativo de atuação estatal, que será determinante para a consolidação dos assentamentos. Nessa etapa de implementação residem importantes fatores que poderão explicar o sucesso ou o insucesso do projeto. De certa maneira, as etapas desse processo centralizaram-se no horizonte de atuação do governo federal, contrariando as tendências descentralizadoras apresentadas desde a redemocratização até os dias atuais. (p. 71, 2012)

De fato, o desenvolvimento do Assentamento Guarani, não proporcionou condições suficientes para a produção, pelas condições que as terras se encontravam, o atraso dos financiamentos e a falta de água, que é elemento fundamental para qualquer atividade agrícola. Diante disso, concorda-se com Lorenzo et al (2012) quando afirma que no Brasil não existe uma reforma agrária “mas sim, uma política de distribuição de terras com pouca preocupação quanto ao futuro do assentado na terra, ou seja, com as condições necessárias para o mesmo produzir de forma sustentável, permanecendo no campo com qualidade de vida.” (LORENZO et al, p. 72, 2012)

A situação de descaso com a reforma agrária evidencia o que Miralha (2006) chama de negócio agrário, pela questão da indenização pela desapropriação “a preços que incluem a especulação imobiliária, o que impede um melhor investimento nos assentamentos e dificultando uma reforma ampla na estrutura agrária.” (p. 163) De fato a reforma agrária está posta para não dar certo, a organização e distribuição de recursos mostram claramente que os assentados sobrevivem em péssimas condições, restando o trabalho nas cidades ou as parcerias agroindustriais, quando possível. Nesta perspectiva, Miralha (2006), pondera que:

uma ampla e eficaz reforma agrária ainda é necessária para atingir, não só uma modernização econômica e tecnológica, mas uma modernização social com mais qualidade de vida para a população como um todo e uma maior equidade social, bem como importância econômica, fortalecendo a produção familiar no Brasil dinamizando assim, o mercado interno, principalmente através da produção de produtos alimentícios e o aumento de consumo de produtos da indústria, devido a inclusão social de várias famílias.(p. 164)

A reforma agrária, atualmente busca uma produção e sustentação a partir dos modelos agroindustriais, porém, sua organização se dá de forma diferente, como aponta Queda et al (2009)

Para agricultura convencional os elementos-chaves são: centralização, dependência, competição, dominação da natureza, especialização e exploração. Os elementos-chaves que caracterizam a agricultura alternativa são opostos aos da convencional: descentralização, independência, comunidade, harmonia com a natureza, diversidade e conservação. (p. 51)

Considerando os elementos-chave da agricultura alternativa, encontramos no assentamento uma tentativa de reprodução das técnicas do agronegócio. Esta situação demonstra a falta de conhecimentos e a necessidade de algum tipo de qualificação para os assentados, o que comprova que a assistência técnica disponibilizada não é suficiente. Queda et al (2009) concordam com a necessidade da “busca de conceitos e técnicas voltadas à novos sistemas de produção adequados à agricultura familiar” (p. 62)

Sobre a questão de políticas públicas destinada aos assentamentos, Ferrante et al (2012) faz uma importante constatação:

Os assentamentos tem se desenvolvido no reboque das políticas públicas que muitas vezes dão poucas alternativas e flexibilidades de escolha. Basta verificar os projetos aprovados de financiamentos para produção dirigidos as mulheres, jovens. Há uma padronização e não uma especialização regional que respeite as singularidades dos lotes, a política pública é sempre trabalhada a partir da generalização e não das especificidades locais. (p. 346)

Diante destes percalços e a situação vulnerável que o assentado se encontra, as parcerias agroindustriais apontam para uma perspectiva de melhoria, devido as condições em que se propõe o seu projeto, independente do assentado estar inadimplente, os custos do projeto serão financiados, apontado para uma possível perspectiva de quitação das dívidas através dos rendimentos junto a agroindústria, investimento no lote e melhores condições econômicas.

Parceria: uma solução ou uma medida paliativa?

No movimento de contradição da sociedade, podemos elencar os assentamentos como um espaço de lutas e conquistas. Como já dito, a luta pela terra é uma questão histórica, que já originou muitos embates. Após muitos conflitos e tentativas para produção da sobrevivência, alguns assentamentos acabam buscando alternativas em parcerias com o agronegócio.

A não inserção de movimentos sociais ou grupos organizados coletivamente é uma realidade crescente nos assentamentos de reforma agrária, não é especificidade do Assentamento Guarani. A Reforma Agrária apenas para a produção de alimentos através da agricultura familiar⁶ se constitui em um viés ideológico que não se sustenta mais diante das péssimas condições que vivem os assentados.

A produção no próprio lote de terras depende de uma quantia de investimento financeiro e do conhecimento técnico. Os investimentos oferecidos através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (PRONAF) aliado a falta de instrução técnica e de como se aplicar o financiamento foi um dos motivos que gerou grande endividamento dos assentados no Assentamento Guarani. Muitas tentativas para investir no lote de terras foram feitas. Diante da busca de solução para este problema, a pluriatividade se tornou a alternativa viável, pois na tentativa de conseguir recursos para o pagamento das dívidas, a busca por trabalho assalariado foi a solução encontrada naquele momento.

A pluriatividade não é uma questão específica do Brasil, de acordo com os estudos de Kageiyama (2001) estas formas de renda “tornaram-se amplamente difundidas em todos os tipos de países do mundo, constituindo um mecanismo indispensável para a sobrevivência das famílias rurais ou que dependem da agricultura. (p. 61)” Esta questão mostra o quanto ainda está precário o trabalho do campo, mesmo com incentivos ainda faltam questões de melhorias que são determinantes, pois o investimento financeiro apenas não é suficiente quando não se tem um retorno satisfatório para manutenção da família, o que gera um grande número de camponeses a praticar a pluriatividade.

Não é a realidade apenas do assentamento Guarani onde encontramos os familiares e até mesmo o chefe de família envolvido em atividades fora do assentamento para busca de renda e sustento da família. Barbosa, Ferrante e Durval (2010) descrevem a realidade do assentamento Horto Bueno de Andrada⁷,

Na grande maioria, os filhos e netos estão sempre envolvidos com atividades fora do assentamento, algumas das vezes encontramos o “chefe” de família trabalhando fora do assentamento. Por necessidade econômica, já que a produção agrícola não consegue absorver toda a família. Seja pela mecanização que facilita o trabalho como é o caso das granjas, ou pela pouca produtividade, onde apenas um percentual da terra disponível é utilizado. (p. 207)

No Assentamento Guarani, a busca por parceria junto ao agronegócio surge após esgotadas todas as possibilidades de investimento no lote. Muitas vezes a pluriatividade acarretada pelas péssimas condições de vida dos assentados acaba tirando o foco do trabalho na terra. Diante das atividades externas que acabam fazendo parte do cotidiano dos assentados a construção civil e o corte de cana são atividades de grande inserção dos assentados principalmente. Tal afirmação complementa o que Kageyama afirma, pois,

No Brasil, os principais “setores” de atividades não-agrícolas da População Economicamente Ativa (PEA) rural em 1997 eram o emprego doméstico

(17% da PEA rural não-agrícola), construção civil (10,9%), estabelecimentos de ensino público (8,5%) e comércio de alimentos (5%). (KAGEYAMA, 2001, p. 58)

Diante das necessidades básicas de sobrevivência, o assentado se vê obrigado a buscar alternativas que fogem dos ideais de luta pela terra, que buscam fugir do regime de exploração capitalista, através da produção própria. Porém de acordo com Roos (2012) a luta pela terra se configura nos assentamentos de reforma agrária como um território em disputa. A luta pela terra não termina com a conquista da terra, pois com projetos de parceria com a agroindústria o assentado está sujeito a lógica capitalista de exploração.

Entretanto, as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio não terminam com a criação dos assentamentos rurais, nesse sentido, aponta-se também para a conflitualidade entre campesinato e agronegócio existente após a conquista da terra. (ROOS, 2012 p.7)

Diante das poucas alternativas de produção da existência que sobram aos assentados, a parceria junto a agroindústria aparenta ser a mais viável diante das possibilidades. No projeto de parceria os assentados desenvolvem atividades no seu próprio lote de terras, possibilitando que o mesmo possa cultivar através da agricultura familiar a outra metade do lote com rendimentos do projeto. Ferrante e Almeida (2008) apontam que a conjuntura favorável ao desenvolvimento da monocultura, tem levado usineiros a busca da ampliação da sua produção. Diante disso a falta de políticas públicas para os assentamentos viabiliza a adesão ao projeto.

Os financiamentos atrasados também é uma questão que contribui para a não efetivação dos projetos, além do valor insuficiente, geralmente chega alguns meses após o período de plantio. Isso dificulta a execução dos projetos na época adequada. Assim como Marx (1996) descreve a questão do salário como um valor calculado e baseado na soma de recursos mínimos para a sobrevivência do trabalhador se reproduzir como tal, o Estado atua nos assentamentos, oferecendo o mínimo possível aos assentados através de financiamentos, são valores que na prática mantém o sujeito em condições de precariedade diante dos custos exigidos para a produção. Desta forma o assentado continua na situação vulnerável a que se encontrava antes do processo de luta pela terra.

Assim, podemos afirmar que vários fatores influenciam para que os assentamentos não se desenvolvam de maneira satisfatória, garantindo condições dignas de sobrevivência, entre esses fatores a falta de água foi apontada como questão determinante para o desenvolvimento insatisfatório dos projetos, seguido da questão do solo que não estava em boas condições para qualquer tipo de plantio. A falta de conhecimentos para melhor investimento foram determinantes no não sucesso da aplicação financeira. O valor do financiamento foi apontado como insuficiente para as questões de primeira ordem, como perfuração de poços artesianos e correção do solo.

A busca por trabalho externo foi alternativa para sobrevivência imediata antes do projeto em parceria com a usina. A aplicação dos financiamentos recebidos não foram bem sucedidas, gerando um grande número de assentados inadimplentes. O trabalho externo para muitos foi a tentativa de aplicar algum investimento a mais no lote para continuidade dos projetos já iniciados.

Nesta perspectiva podemos considerar os projetos de parceria como alternativa para o desenvolvimento dos assentamentos e dos assentados. Embora contraditório, a questão da reforma agrária no Brasil se dá de uma forma bastante precária e com recursos limitados, diante disso é importante ressaltar que a parceria agroindustrial não foi

aprimeira alternativa de desenvolvimento de trabalho no lote dos assentados. Isso sucede um processo de luta e resistência na execução de outros projetos que por falta de recursos suficientes e conhecimento não obtiveram êxito.

Atualmente, além da cana-de-açúcar, a segunda atividade produtiva mencionada foi o cultivo de eucalipto seguido de pomar de frutas e plantios sazonais de milho e arroz e criação de galinhas caipiras, que de acordo com os entrevistados, apenas estes projetos não resultam em renda suficiente para manutenção da família, o projeto da cana contribui para maior estabilidade econômica.

As condições que são postas para reforma agrária inviabiliza as condições mínimas de sobrevivência do sujeito. Os motivos como a falta de apoio técnico e infraestrutura aliados aos problemas já elencados aqui foram questões apontadas pelos assentados como fator determinante para a busca de uma atividade que trouxesse um retorno financeiro que possibilitasse uma melhor condição de vida, visando um melhor conforto e estabilidade.

Desta forma, ser assentado de Reforma Agrária neste contexto, consiste para a maioria, em viver na instabilidade para sobrevivência com um ganho variável. A estabilidade muitas vezes só se torna possível mediante ao trabalho externo ou aposentadorias.

A luta pela terra se torna a alternativa para quem vive nas péssimas condições que as periferias oferecem, principalmente para aqueles que já tinham vínculo com o campo. E nesta nova jornada o desafio é acompanhar a evolução dos meios de produção, pois não só o acesso à terra determina a situação do trabalhador e sua condição de explorado ou explorador, o conhecimento sobre as técnicas são fundamentais neste processo.

A falta de políticas públicas eficientes nos assentamentos obrigam os assentados a buscarem alternativas de sobrevivência. O projeto com parceria agroindustrial no Assentamento Guarani surgiu após uma década de luta e resistência. Durante este período muitos projetos foram desenvolvidos, porém com o atraso de financiamentos, a falta de recursos, a precariedade da água e o pouco conhecimento contribuíram para não obter resultados satisfatórios em projetos anteriores.

Sobre as atividades desenvolvidas anteriores ao projeto em questão, foram mencionadas atividades sazonais como o plantio de milho e arroz prioritariamente, seguidas de grande dedicação a pluriatividade por membros da família para sanar as necessidades imediatas. O trabalho no corte de cana e construção civil são atividades que os assentados buscavam quando surgem dificuldades financeiras, que após o trabalho com a usina diminuiu significativamente. A produção que se tinha no lote antes do projeto contemplava uma pequena parte do lote de terras, deixando outra parte inutilizada. O motivo principal para a não utilização do lote inteiro é a falta de condições para o cultivo, investimento e conhecimentos necessários. A execução de projetos com baixo desempenho é questão de grande desgaste para os assentados.

De encontro as péssimas condições imediatas de vida dos assentados, as agroindústrias oferecem um investimento aos assentados que proporciona um retorno financeiro mais garantido que outros projetos com possibilidades de melhores condições econômicas como prevê o Artigo 9 da Portaria 77/2004

Artigo 9º - Os compromissos e os contratos de compra e venda, celebrados entre os assentados e as agroindústrias, instruirão o procedimento de elaboração do projeto e, obrigatoriamente, deverão conter cláusulas que disponham sobre:

I – compromisso de compra da totalidade da produção na época da safra, especificando-se a área e a espécie plantada;

II – preço mínimo de compra dos produtos pelo valor estabelecido pelo governo, quando houver fixação oficial, ou pelo melhor preço da espécie e tipo do produto cotado no mercado da região, em não havendo preço mínimo fixado oficialmente; (PORTARIA77/2004)

De acordo com os entrevistados o projeto para o plantio de cana-de-açúcar foi a alternativa viável para uma parte do assentamento, para que assim pudessem obter algum retorno financeiro e uma condição de vida com o mínimo de condições financeiras para aquisição de roupa e alimentos de qualidade.

Embora o assentado tenha o direito de permanecer na terra, ele não é o dono do seu meio de produção, a qualquer momento está sujeito a perda deste direito. Diante das condições capitalistas, a terra sem o título de posse pouco vale ou serve como garantia para obter financiamentos para investimento nas terras. As condições de vida para o assentado está condicionada de forma diferente das condições necessárias para a sociedade capitalista. O assentado está na terra, mas não é dono da terra. O trabalhador assentado está sujeito ao sistema capitalista, devendo seguir a mesma lógica, porém com condições inviáveis para isso. Neste sentido a agroindústria impõe suas regras e condições, e diante da situação imediata precária que o assentado se encontra, o que resta é arriscar.

O assentado vive sob as condições capitalistas, porém não em condições capitalista. Neste aspecto, a agroindústria aproveita para obter vantagens, gerando uma nova forma de apropriação e exploração do trabalho. Agora, não mais o uso do trabalhador assalariado e sim o assentado que produz a mais-valia através dos projetos de parceria. Diante desta questão Oliveira (2007) pondera que:

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista. (OLIVIRA, 2007, p.32)

Não se pode negar que, enquanto sujeitos individuais, os assentados se beneficiam do projeto de parceria, considerando a sua situação inicial e as condições que estava submetido, pois mesmo com o acesso à terra e as assistência mínimas oferecidas pelo Estado, não foi possível estabelecer uma independência através do trabalho no lote. Diante das condições dos trabalhadores, o que resta é vender sua força de trabalho para sobreviver, assim como Marx (1996) descreve a seguir:

[...] duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. (MARX, 1996, p. 340)

Possuir o acesso à terra apenas não é suficiente, insumos e conhecimentos são necessários. Desta forma, constitui-se uma nova relação de exploração do trabalho, no qual

o assentado tem o direito de permanência e produção na terra e produz com a tecnologia oferecida pela agroindústria e para a agroindústria, utilizando mão de obra do próprio assentado. Considerando as condições que se dão este projeto, e que o cultivo da cana-de-açúcar não demanda um trabalho constante, os assentados puderam garantir o sustento apenas do trabalho desenvolvido no lote, e não mais a busca pelo trabalho externo. Um dos pontos positivos da parceria foi a possibilidade de investimento e trabalho no lote inteiro.

Diante do quadro já apresentado em relação a realidade e dificuldades dos assentado a implantação do projeto é bem aceita, já que que oferece suporte econômico do início ao fim, com possibilidades de rendimentos favoráveis, dispondo apenas da força de trabalho. Mesmo o homem possuindo ou tendo acesso à terra e com recursos mínimos, dificilmente ele conseguirá produzir sua existência nos moldes capitalistas, então o que resta é a venda da sua força de trabalho.

O trabalho sendo atividade central para existência humana, uma vez que o homem precisa produzir sua existência, também se torna um processo educativo, na medida em que o homem passa a se adequar aos processos de trabalhos existentes. Diante da situação imediata, o assentado se submete ao modelo de trabalho que se tem disponível, pois embora tenha o acesso à terra não é o proprietário das mesmas e também não detêm os meios de produção.

Diante das condições de sobrevivência no assentamento, as famílias destacam que muitas delas desenvolvem atividades externas para compor a renda familiar e algumas contam com salário de aposentadoria. A busca por desenvolver algum trabalho produtivo é algo constante, visto isso pelas iniciativas de projetos como maracujá, horta, mandioca, abobora, plantações de milho e arroz, além da criação de animais, por exemplo, vacas, cavalos, galinhas e porcos.

Diante disso, constata-se que a formação para o trabalho destas famílias se deu praticamente na vivência e troca de experiências. Os conhecimentos vêm das gerações anteriores, que foram desapropriadas do campo e acesso a terra devido ao desenvolvimento tecnológico que mecanizou a produção no campo. São famílias que tem sua origem do trabalho agrícola nas fazendas e que moravam em colônias ou pequenos sítios.

Poucas famílias possuem formação escolarizada. Das famílias entrevistadas poucas possuem formação que permita uma leitura básica, como por exemplo entender o que esta escrito na embalagem de adubo para medir a quantidade recomendada para aplicação na terra.

O nível de escolaridade dos entrevistados varia entre um e quatro anos de estudos, atingindo no máximo a quarta série do antigo ensino fundamental. A frequência em cursos de Educação de Jovens e Adultos em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi mencionada, porém com a precariedade dos recursos e a não continuidade destes projetos tornaram-se questões desmotivadoras para a busca de um nível maior de escolaridade.

O conhecimento adquirido sobre agricultura e pecuária, se deu majoritariamente nas relações de trabalho através da família, uns ensinando aos outros. A formação técnica e escolarizada para acompanhar as modernidades da agricultura não faz parte do processo de formação destes assentados. Os conhecimentos vão sendo atualizados, aprendidos e testados apenas e sempre na prática.

A região de Ribeirão Preto⁸, por muitos anos se constituiu como uma região apropriada para a plantação de café. Este conhecimento prático e histórico das plantações de café na região motivou algumas famílias para este tipo de plantação, acreditando que as terras eram próprias para tal cultivo, aliados as experiências em lavouras de café. A falta de

conhecimento especializado, devido ao desgaste da terra resultou em uma produção de café não aproveitável.

Muitas famílias trazem consigo, os conhecimentos e as práticas desenvolvidas no campo, antes de lutarem pela terra e conquistar o assentamento. As condições climáticas e físicas do lugar nem sempre é compatível com os projetos que são idealizados pelas famílias. A busca por informação e formação é pouco recorrente. Muitas famílias relatam que a busca pelo conhecimento da plantação se dá na troca de experiências com vizinhos e até mesmo na própria prática. A assessoria técnica da Fundação ITESP e do INCRA, devido ao grande número de famílias, nem sempre se torna acessível para todos.

Os conhecimentos aplicados na produção do lote são em sua maioria a partir de assistência técnica dos órgãos de administração do assentamento e cursos pelo SEBRAE. O conhecimento prévio a partir das suas experiências anteriores também são fontes de formação e troca de conhecimento entre os assentados. A tentativa de aplicar conhecimentos prévios, aprendidos na infância e adolescência com os pais nos sítios e fazendas foram questões de certa forma frustrantes, pois a falta de um grande conhecimento técnico e adaptação climática não foram levadas em conta, resultando muitas vezes em uma atividade sem resultado satisfatório.

Considerações finais

A separação do trabalhador dos seus meios de subsistência resulta no processo de luta pela terra, porém o trabalhador ao retomar o acesso a terra não consegue produzir na mesma, devido à falta de insumos para a produção, como falta de água, equipamentos, financiamentos, assistência técnica entre outros, a terra é apenas uma parte dos meios de produção.

Dessa maneira, entendemos que esta relação deve ser compreendida em sua própria contradição. O trabalho e a educação podem servir como instrumentos de dominação, acarretando dependência vinculada à necessidade da produção da própria existência como também instrumentos de emancipação. No movimento de contradição da sociedade temos a luta pela terra que se configura como uma luta contra a exploração e visa a justiça social. Em contraponto, temos o poder do capital, que a todo tempo se renova e cria novas estratégias para acumulação.

Os assentamentos, desprovidos de projetos e políticas públicas e sem qualquer tipo de assistência direcionada aos assentados, acabam abrindo espaço para intervenção do capital através dos projetos agroindustriais que assumem o papel do Estado na execução dos projetos e geração de renda para população assentada. A agroindústria, nesta relação de parceria com o assentado, acaba criando uma nova forma de exploração do trabalho. Tanto mão de obra quanto terras para plantação são necessários para a produção da agroindústria e, nesta parceria, a agroindústria consegue obter sem custo, visto que não se paga o salário nem o aluguel da terra.

Ainda cabe-nos uma indagação sobre qual o direcionamento deste processo todo, ou seja, qual saber resulta para o trabalhador assentado, como isso interfere na sua vida e como este processo todo educa o trabalhador. Este processo antagônico em que o trabalhador se encontra, entre a monocultura agroindustrial e a agricultura familiar, faz com que o sujeito histórico da reforma agrária desperte outras lógicas e práticas próximas àquelas do agronegócio. Embora os resultados do projeto possibilitem condições de investimento no restante das terras, a lógica que se busca é a mesma para a produção em larga escala para acumulação.

A ausência das condições estruturais para o desenvolvimento do assentamento aliada a situação precária vivida pelos assentados, como observado no assentamento Guarani, acaba se tornando um território desterritorializado da reforma agrária, revelando o descaso que a mesma é tratada. A parceria junto a agroindústria acaba criando um território do agronegócio nas terras do assentamento, com uma nova forma de exploração do trabalho, chamada de parceria, no qual a mão de obra e a terra não são mais partes da agroindústria.

Esta nova relação de parceria nos assentamentos resulta em uma nova visão da reforma agrária, que acaba cedendo a lógicas antagônicas aos seus objetivos, criando uma nova identidade ao assentado, constituída a partir da produção da monocultura. Objetivos como produção de alimentos e trabalho através da agricultura familiar, que podem ser considerados como função social da reforma agrária acabam sendo destorcidos através da produção para fins agroindustriais. A situação vivida no assentamento Guarani revela que mesmo o trabalhador possuindo o acesso a terra, não é suficiente para produção da sua existência, pois possuir os meios e produção, como insumos, maquinários e conhecimentos técnicos também se fazem necessários.

Referências

- ARROYO, Miguel G. Trabalho e Educação nas disputas por projetos de campo. In: **Dossiê: Trabalho e Educação: Diversidade e Lutas sociais no campo. Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v.21, n.3, p.81-93, set./dez.2012
- BARBOSA, Reginaldo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; DURVAL, Henrique Carmona. Entre a parceria e a diversificação agrícola: a reconstrução dos assentados sobre o seu viver. In: ; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara – SP, N.º 13,2010
- BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003
- BORELI FILHO, Dorival; SOUZA, José Gilberto de. Assentamento Horto Bueno de Andrada: Subordinação da terra ao capital agroindustrial e contradições com o modo de vida do camponês. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Bota; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; DURVAL, Henrique Carmona. **Retratos de Assentamentos**.Araraquara –SP. Vol. 1, 2013
- BRASIL, **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>
- BREITENBACH, Fabiane Vanessa. **A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos**. Revista Espaço Acadêmico – nº 121, junho de 2011
- CONTAG. **50 anos de luta por reforma agrária, trabalho e dignidade no campo: Grito da Terra** – Brasil 2013
- COSTA, Áurea de Carvalho. **A educação profissional no campo hoje**. Educação Profissional: Ciência e Tecnologia. Brasília, v. 2, n. 1, p. 67-74, jul/dez 2007.
- FENG, Lee Yun. FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Bota. **A educação rural no contexto prático, dilemas e dificuldades**. 2011 Disponível em: http://educacaodocampo-bibliotecavirtual.blogspot.com.br/2011_02_01_archive.html

- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes,
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Bota; BARONE, Luís Antônio; DURVAL, Henrique Carmona; GOMES, Thauana Paiva de Souza; AMARAL, Daniel Tadeu do; GÊMERO, César Giordano; FLORES, Ana Flávia; SILVA, Silvani; ALY JÚNIOR, Osvaldo. Síntese das regiões: Retomando questões do presente/futuro dos assentamentos. In: **Retratos de Assentamentos**. Araraquara-SP, Nº 01, vol.15, 2012
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: Crítica da agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- KAGEYAMA, Angela. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**. Agric. São Paulo, SP, 48(2):57:69, 2001
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e Trabalho no Brasil: o Estado da Questão**. 2ª Impressão. Brasília : INEP ; Santiago :REDUC, 1991
- LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e Ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas, SP. Ed. Alínea, 2011
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, (Os Economistas). 1996
- MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera – ANO 9, N. 8 – janeiro/junho DE 2006
- MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Azevedo de. (Org) **Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007
- OLIVEIRA, Simone Cristina de. Reforma agrária: Muito além de um assentamento. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Bota. **Retratos de Assentamentos**. Ano V, nº07, 1999
- QUEDA, Oriowaldo; KAGEYAMA, Paulo; SANTOS, João Dagoberto dos. Assentamentos Rurais: Alternativas frente ao agronegócio. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Bota; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara-SP, Nº 12, 2009
- ROOS, Djoni. **A disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense**. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. Presidente Prudente, 2012
- TSUKAMOTO, Ruth Youko. **Produtor familiar e a monopolização do território pelo capital industrial**. Geografia, Londrina, v. 9 nº2jul/dez, 2000

Notas

¹ O presente artigo é parte da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos em fevereiro/2014.

² Pedagogo, Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo – GEPEC/HISTEDBR. www.gepec.ufscar.br. E-mail: netto.21@ig.com.br

³ Professor do Departamento de Educação (DEd) da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: mnelito@yahoo.com.br

⁴ Estes lutam reivindicando e abrindo espaço para que de fato se efetive esta educação. A luta se dá pela pré-escola, ensino fundamental, médio e superior.

⁵ Apesar das Leis Orgânicas desde a década de 1940 preverem a criação do sistema de ensino profissional para a indústria, comércio e agricultura, foram criados apenas o SENAI e o SENAC, sendo que o SENAR foi criado somente em 1991. Tendo por objetivo administrar a formação profissional rural, o SENAR é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, administrada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, com Administrações Regionais em todos os Estados da Federação, às quais cabem, por legado constitucional, implantar, organizar, administrar e executar, em todo território nacional, a Formação Profissional Rural e a Promoção Social, não só dos trabalhadores e pequenos produtores rurais, mas também dos seus familiares. No Estado de São Paulo, o SENAR foi acolhido pela estrutura sindical já implantada, que passou a ser parceira no desenvolvimento das ações e atividades de caráter educativo e de desenvolvimento social. Juntaram-se ainda as parcerias firmadas com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, Prefeituras Municipais, Universidades de Ensino e demais órgãos e entidades constituídos. (NASCIMENTO, 2009, p. 204)

6 A base de uma política estratégica de desenvolvimento para o campo, numa visão classista dos trabalhadores, pressupõe modelo à partir de diretrizes que tenham a unidade familiar como exemplo de ocupação fundiária e a agricultura familiar como elemento gerador de renda e trabalho, em harmonia com o meio ambiente, combate à miséria e à fome. Para a entidade, essas diretrizes norteadoras consistem no fortalecimento da Agricultura Familiar e a realização da Reforma Agrária, na busca por modelo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para eliminar desníveis socioeconômicos, ampliar políticas públicas para a categoria e gerar oportunidades de trabalho e renda ao garantir:

* Políticas de produção e comercialização, abertura de mercados institucionais;

* Assistência Técnica, ciência e tecnologia para desenvolvimento da categoria;

* Reforma Agrária, com disponibilização imediata das terras que não cumprem a função social, maior celeridade nos ritos processuais que avaliam a produtividade da área e correção nos critérios que determinam os Índices de Produtividade da Terra;

* Regularização Fundiária;

* Políticas educacionais voltadas para a erradicação do analfabetismo e aumento de escolaridade dos trabalhadores possibilitando acesso ao ensino público fundamental e médio, cursos técnicos e ensino superior;

* Políticas de saúde e atendimento digno;

* Políticas culturais para resgate, ampliação e valorização da cultura popular brasileira;

* Previdência social que assegure condições dignas aos trabalhadores aposentados;

Um dos pontos fundamentais para o modelo de sociedade supracitado, é ter como base a Agricultura Familiar, que responde a 10% Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e, conforme Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2006, emprega mais de 80% da mão-de-obra no setor rural, produz 70% dos alimentos produzidos no País.

<http://www.fafcut.org.br/index.php?tipo=pagina&cod=6>

⁷ Município de Araraquara, região central do Estado de São Paulo. O assentamento também é coordenado pela Fundação ITESP.

⁸ A história de Ribeirão Preto conta sobre a produção do café: A produção de café foi a primeira atividade agrícola intensiva de Ribeirão Preto, introduzida por famílias de fazendeiros que vieram de outras regiões. Ribeirão Preto era uma nova e potencial frente agrícola com terra de qualidade e clima apropriado. As lavouras começaram a ser plantadas em 1870. Em 1900, o café produzido no município era conhecido principalmente na Europa. A espécie predominante por aqui foi o bourbon. A cafeicultura foi responsável pelo grande desenvolvimento experimentado pela cidade que tornou-se a Capital Mundial do Café.

Recebido: maio/14 Aprovado: junho/14